CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

A CONTRIBUIÇÃO DA MONITORIA INCLUSIVA PARA O DESEMPENHO ACADÊMICO DE UM ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

JOSÉ FELIPE DOS SANTOS NETO

PATOS - PB
2026.1

JOSÉ FELIPE DOS SANTOS NETO

A CONTRIBUIÇÃO DA MONITORIA INCLUSIVA PARA O DESEMPENHO ACADÊMICO DE UM ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Coordenação de TCC do Curso de Licenciatura em Pedagogia como requisito obrigatório para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Esp. Weslley Alberto Meneses Brilhante

PATOS - PB
2026.1

FICHA CATALOGRÁFICA
Dados de Acordo com AACR2, CDU e CUTTER
Biblioteca Central - UNIFIP

Santos Neto, José Felipe dos.
S237c A Contribuição da Monitoria Inclusiva para o Desempenho Acadêmico de um Estudante com Deficiência no Ensino Superior: um relato de experiência. / José Felipe dos Santos Neto. – Patos – PB: UNIFIP, 2026.
21 fls.

Orientador (a): Prof. Esp. Weslley Alberto Meneses Brilhante.
Artigo, Graduação Licenciatura em Pedagogia.

1. Educação inclusiva. 2. Monitoria acadêmica. 3. Pessoa com deficiência. I. Título. II. Centro Universitário – UNIFIP.

UNIFIP/BC CDU: 37
Yasmim Caroline A. Nóbrega – Bibliotecária. CRB 15/1086

FOLHA DE APROVAÇÃO

A CONTRIBUIÇÃO DA MONITORIA INCLUSIVA PARA O DESEMPENHO ACADÊMICO DE UM ESTUDANTE COM DEFICIENCIA NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

JOSÉ FELIPE DOS SANTOS NETO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Coordenação de TCC do Curso de Licenciatura em Pedagogia como requisito obrigatório para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Prof. Esp. Weslley Alberto Meneses Brilhante

Aprovado no dia 22/05/2026

gov.br Documento assinado digitalmente
WESLLEY ALBERTO MENESES BRILHANTE
Data: 05/06/2026 23:03:48-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Esp. Weslley Alberto Meneses Brilhante.
ORIENTADOR

gov.br Documento assinado digitalmente
MARIA EFIGENIA MEDEIROS DE ARAUJO
Data: 05/06/2026 12:55:51-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Esp. Maria Efigenia Medeiros de Araujo
MEMBRO I

gov.br Documento assinado digitalmente
EDILENE ARAUJO DOS SANTOS
Data: 05/06/2026 15:37:00-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Ma. Edilene dos Santos Araújo
MEMBRO II

PATOS – PB
2026.1

Dizem que morremos duas vezes: a primeira, de fato, quando o corpo é sepultado; a segunda, quando nosso nome é mencionado pela última vez. DEDICO, portanto, à minha mãe, Maria Lúcia Remígio dos Santos (*in memoriam*), a imortalidade da escrita.

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças." (MANTOAN, 2003).

AGRADECIMENTOS

Como escreveu Clarice Lispector, “depois do medo, vem o mundo”. E foi lembrando dessas palavras que revisitei cada momento em que precisei respirar fundo e seguir adiante; cada fase em que a coragem se fez necessária para que eu pudesse ser quem sou, aprender com meus erros e transformar dores em crescimento. Esta conquista nasce, sobretudo, da força daqueles que caminharam comigo.

Agradeço a Deus, por sustentar meus passos até aqui e por permitir que eu transformasse sonhos, desafios e afetos em permanência através da educação e da escrita.

Aos meus avós, José Felipe dos Santos (*in memoriam*) e Cândida Melo dos Santos (*in memoriam*). A ele, que iniciou sua trajetória na Educação de Jovens e Adultos, mas não teve a oportunidade de concluí-la. A ela, que sonhava aprender a ler para rezar o Ofício de Nossa Senhora. Que esta conquista represente também a continuidade dos sonhos de ambos.

Ao meu querido orientador, Weslley Alberto Meneses Brilhante, agradeço por todo incentivo, apoio, paciência e direcionamento ao longo desta trajetória acadêmica. Sua contribuição foi essencial para a construção deste trabalho e para o fortalecimento da minha formação.

Às minhas amigas Liliane, Yana, Wanessa, Natália e Kallyne, por me lembrarem, diariamente, o quanto é bonito e prazeroso crescer junto de pessoas que acreditam umas nas outras. A amizade de vocês tornou essa caminhada mais leve, humana e significativa.

Aos meus queridos amigos de toda uma vida, que conheceram cada versão de mim e, ainda assim, permaneceram. Obrigado por cada palavra, abraço, escuta e presença nos dias mais difíceis e também nos mais felizes.

Aos meus sobrinhos e afilhados, que são o sol da minha vida e meu coração fora do peito, agradeço por tornarem meus dias mais leves, esperançosos e cheios de amor.

À minha família, meu chão e meu refúgio, expresso minha eterna gratidão. À Rosangela, Aninha, Glicia, Inez, Izabelle e a todas as mulheres incríveis que fazem parte da minha vida, dedico meu amor, carinho e reconhecimento. Vocês são força, acolhimento e inspiração em minha caminhada. Amo vocês.

A CONTRIBUIÇÃO DA MONITORIA INCLUSIVA PARA O DESEMPENHO ACADÊMICO DE UM ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir acerca das contribuições da monitoria inclusiva para o desempenho acadêmico de um estudante com deficiência no ensino superior. A pesquisa caracteriza-se como um relato de experiência, de abordagem qualitativa e natureza descritiva, fundamentada nos estudos de Minayo (2012), Larrosa (2002) e Lüdke e André (1986). A experiência foi desenvolvida entre os anos de 2023 e 2024, no contexto de uma instituição de ensino superior privada localizada no interior do estado da Paraíba, envolvendo o acompanhamento de um estudante do curso de Direito com deficiência visual e mobilidade reduzida. As atividades desenvolvidas compreenderam mediação pedagógica, organização de materiais didáticos, suporte em estudos dirigidos, auxílio na locomoção e adaptação de estratégias de aprendizagem. Os resultados evidenciaram a existência de barreiras físicas, tecnológicas, pedagógicas e atitudinais no ambiente universitário, bem como demonstraram que a monitoria inclusiva contribuiu significativamente para a permanência, autonomia e desempenho acadêmico do estudante acompanhado.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Monitoria acadêmica; Pessoa com deficiência.

ABSTRACT

This paper aims to reflect on the contributions of inclusive tutoring to the academic performance of a student with disabilities in higher education. The research is characterized as an experience report, with a qualitative approach and descriptive nature, based on the studies of Minayo (2012), Larrosa (2002) and Lüdke and André (1986). The experience was developed between 2023 and 2024, in the context of a private higher education institution located in the interior of the state of Paraíba, involving the monitoring of a law student with visual impairment and reduced mobility. The activities developed included pedagogical mediation, organization of teaching materials, support in directed studies, assistance with locomotion and adaptation of learning strategies. The results evidenced the existence of physical, technological, pedagogical and attitudinal barriers in the university environment, as well as demonstrating that inclusive tutoring contributed significantly to the permanence, autonomy and academic performance of the student being monitored.

Keywords: Inclusive education; Academic tutoring; Person with a disability.

1 INTRODUÇÃO

A educação é considerada um direito fundamental indispensável à pessoa humana, necessária para garantir uma existência digna, livre e igualitária, e, portanto, conforme prevê a Constituição de 1988. A educação inclusiva, enquanto preceito ético, político e pedagógico, vem se consolidando como alicerce fundamental para a formação de uma sociedade mais justa e equitativa.

Nessa conjuntura, o acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior configura-se não apenas como o exercício de um direito assegurado legalmente, mas um desafio contínuo que exige transformações estruturais, metodológicas, pedagógicas e atitudinais nas instituições de ensino.

Dessa forma, pensar a inclusão para além do ingresso implica considerar as condições reais na qual esses estudantes estão sendo submetidos, o que exige monitoramento e fortalecimento de práticas que promovam o reconhecimento da diversidade no espaço universitário.

Ao longo dos anos, ainda que de forma gradual, o Brasil passou a instituir, em sua legislação, normativas, leis e políticas públicas voltadas à garantia dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência. Embora esse grupo tenha sido o último a serem contemplados pela lei de cotas — sancionada seis anos após a Lei nº 12.711 —, observa-se um crescimento significativo no número de estudantes com deficiência no ensino superior. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), esse contingente passou de 26.483, em 2012, para 92.756, em 2023. Esse avanço expressivo evidencia a ampliação do acesso desse público às universidades brasileiras, além de indicar a consolidação do registro desses dados nos censos educacionais anuais.

Nessa mesma perspectiva, Queiroz (2023), afirma que esse crescimento significativo demonstra uma movimentação na estrutura metodológica das universidades brasileiras, uma vez que permite avanços no conhecimento científico e nas mudanças internas de cada instituição, enfatizando que, apesar de tímida, a presença desse público tem incentivado as instituições de ensino e pesquisa a criar planos, políticas e diretrizes de acessibilidade e aperfeiçoamento.

Entre as práticas que são consideradas essenciais para a aprendizagem no decorrer da graduação, está a Monitoria Acadêmica, como enfatizam Costa e Machado (2022), que se trata de um processo relevante na formação de qualquer estudante, principalmente licenciado, no Ensino Superior. Quando pensada no viés da inclusão, ela adquire ainda mais relevância,

pois o seu principal objetivo é garantir meios equitativos para formação plena do estudante com deficiência.

A monitoria inclusiva, no Brasil, é ofertada pelas universidades públicas e privadas de forma opcional, visando proporcionar suporte aos acadêmicos que estejam devidamente matriculados há algum tempo no curso, tenham disponibilidade de carga horária, habilidades e disposição para desenvolver ferramentas que auxiliem estudantes, os quais apresentem algum tipo de dificuldade nas atividades acadêmicas (Oliveira; Vosgerau, 2021).

Nesse contexto, é imprescindível relatar as próprias experiências, já que permite ao estudante abrir discussões e reflexões a respeito do que foi estudado, planejado e executado durante todo o período de sua permanência como monitor. A monitoria inclusiva, quando acessível, amplia o estudo mais aprofundado sobre estratégias, readequações e debate sobre educação inclusiva e equidade no Ensino Superior.

Dessa forma, o presente relato objetiva, de forma geral, refletir acerca de como a monitoria inclusiva contribui para o desempenho acadêmico de um estudante com deficiência no Ensino Superior. Para tanto, este estudo toma como materialidade, arquivos como relatórios, declarações e fotografias que comprovem as ações dessa atividade de acompanhamento e suporte ocorrida entre os anos de 2023 e 2024.

Outrossim, este relato de experiência tem os seguintes objetivos específicos: (1) identificar os principais desafios enfrentados pelo estudante assistido pela monitoria inclusiva; (2) analisar as condições que favorecem a permanência e o desempenho satisfatório do estudante e, por fim, (3) propor recomendações que possam nortear as práticas inclusivas dentro do ambiente universitário.

Logo, este se justifica, sob a perspectiva social, pela necessidade de ampliação do debate acerca da inclusão de pessoas com deficiência no contexto educacional, evidenciando o direito fundamental a uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva, que assegure não apenas o acesso, mas também a permanência e a participação efetiva desses acadêmicos no ambiente universitário.

Quanto ao âmbito acadêmico, esta pesquisa mostra-se relevante ao contribuir para o aprofundamento das discussões sobre práticas inclusivas no ensino superior, podendo subsidiar a atuação de monitores, docentes, gestores e discentes na elaboração e implementação de estratégias que favoreçam a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva. No que concerne à perspectiva pessoal, a escolha do tema decorre das experiências vivenciadas pelo autor, durante a monitoria no Núcleo Institucional de Acessibilidade e

Inclusão de um Centro Universitário, as quais suscitaram reflexões, inquietações e aprendizagens significativas, motivando a realização desta investigação.

Este trabalho foi estruturado a partir de diferentes seções que possibilitaram a compreensão do objeto de estudo em sua totalidade. Inicialmente, apresentou-se a fundamentação teórica, abordando a educação inclusiva e a monitoria acadêmica no ensino superior, com destaque para seus aspectos legais, pedagógicos e formativos. Em seguida, descreveu-se o percurso metodológico adotado, caracterizado como um relato de experiência de abordagem qualitativa, no qual foram detalhadas as atividades desenvolvidas no contexto da monitoria inclusiva.

Posteriormente, foram apresentados e discutidos os resultados da vivência, evidenciando as principais barreiras enfrentadas pelo estudante acompanhado, bem como as estratégias adotadas para sua superação e os avanços observados ao longo do processo. Por fim, as considerações finais retomam os principais achados da experiência, ressaltando a relevância da monitoria inclusiva tanto para a formação acadêmica quanto para a promoção de uma educação mais equitativa e acessível.

2 O PROCESSO DE MONITORIA INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR

A monitoria acadêmica configura-se como uma importante estratégia dentro do contexto do ensino superior, o qual contribui significativamente para a relação teoria-prática durante a formação dos estudantes nela envolvidos, uma vez que possibilita o aprofundamento dos conhecimentos em determinadas áreas de conhecimento, ao mesmo tempo em que, sob uma supervisão e orientação de docente, promove a construção de um saber coletivo. Nesse sentido, Frison (2016) afirma que a monitoria não se limita a um simples papel de apoio, mas assume função formativa, desenvolve habilidades pedagógicas, pensamento crítico e responsabilidade acadêmica.

No Brasil, a monitoria acadêmica é respaldada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394/1996), em seu artigo 84, o qual estabelece que “Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos.”

Tal dispositivo legal reforça a importância dessa experiência durante a formação universitária, evidenciando a contribuição integral para o estudante. Além disso, as instituições de ensino superior regulamentam seus próprios programas de monitoria,

estabelecendo critérios, normas, regras, direitos e deveres, o que reforça o reconhecimento institucional dessa atividade. (Oliveira; Vosgerau, 2021).

Sob o viés pedagógico, a monitoria pode ser compreendida como uma estratégia que favorece a aprendizagem colaborativa, na qual o estudante/monitor atua como mediador do conhecimento, segundo Barros; *et.al*., (2020), essa mediação contribui para aproximação entre teoria e prática, tornando esse processo educativo mais dinâmico e acessível, favorecendo não apenas o desempenho acadêmico, mas a autonomia dos estudantes.

Nessa conjuntura, deve-se destacar a monitoria acadêmica e inclusiva como um importante mecanismo para suprir as necessidades de uma educação mais equitativa. Recursos que complementem as informações adquiridas na sala de aula podem ser imprescindíveis para domínio dos conteúdos acadêmicos (Martins; *et al*, 2021). Todavia, Amorim; Antunes e Santiago (2021), esclarecem que o AEE (Atendimento Educacional Especializado) no Ensino Superior está delimitado pelas iniciativas das Instituições de Ensino Superior, além disso alertam que:

> Não se trata aqui de adotar o modelo de AEE da Educação Básica. É preciso que, no Ensino Superior, o AEE seja pensado em função das condições das instituições de ensino, das características dos estudantes na relação com as especificidades dos cursos escolhidos e da adequação de recursos para que os estudantes com deficiência tenham pleno acesso ao currículo (Amorim; Antunes; Santiago, 2021, p. 14).

Neste sentido, a monitoria pode ser considerada como um recurso do AEE no Ensino Superior. A inclusão no referido nível educacional não implica em somente garantir o acesso aos seus espaços físicos, mas assegurar condições de permanência e plena participação dos estudantes com deficiência. Assim a atividade educacional supracitada assume papel crucial ao fornecer suporte exclusivo, ajuda na adaptação de conteúdos e auxílio na superação de barreiras que possam dificultar o processo de formação desses discentes (Bentes; Pinheiro, 2025). Em consonância com alguns marcos normativos, destaca-se que a Portaria nº 3.284/MEC, publicada em 2003, estabeleceu diretrizes relacionadas à acessibilidade nos cursos de graduação e aos processos de reconhecimento institucional. No entanto, foi a partir de 2013, com a implementação do Programa de Acessibilidade no Ensino Superior denominado de Programa Incluir, que as instituições passaram a contar com orientações mais sistematizadas para o desenvolvimento de ações voltadas à inclusão, impulsionando a criação e o fortalecimento dos núcleos de acessibilidade com o objetivo de assegurar a permanência dos estudantes com deficiência no Ensino Superior.

Tais iniciativas estão em consonância com o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2013) e dialogam com outros instrumentos legais e normativos, como o Plano Nacional de Educação 2001–2010 (BRASIL, 2010), a Lei nº 12.711/2012, que institui o sistema de cotas no ensino superior, incluindo pessoas com deficiência, e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que orienta a promoção de práticas educacionais inclusivas em todos os níveis de ensino.

Alinhada a esses documentos, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), assegura igualdade de oportunidades e de condições para o acesso ao ensino superior. Não aborda diretamente sobre monitoria, mas destaca a necessidade da garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagens dos estudantes com deficiência desse país. Em seu artigo 28, dispõe que:

> II - Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;
>
> V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;
>
> XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas.

Nesse contexto, a monitoria inclusiva pode ser compreendida como uma estratégia concreta de apoio pedagógico, a qual contribui diretamente para efetivação desses direitos. Na LBI ainda é reforçado em seu artigo 30, que "Nos processos seletivos e permanência na educação superior, devem ser asseguradas condições de acessibilidade..." (BRASIL, 2015).

Para garantir a existência de condições que favoreçam a permanência e um satisfatório desempenho acadêmico dos estudantes com deficiência, estas devem estar diretamente relacionadas à oferta de recursos acessíveis, a existência de núcleos de acessibilidade e inclusão que acompanhem continuamente o desenvolvimento de seus alunos, à adaptação de metodologias de ensino e à aquisição de tecnologias assistivas. O apoio oferecido por monitores, aliado a atuação ativa dos docentes, coordenadores e demais funcionários que compõem os serviços institucionais, contribuem significativamente para redução de barreiras no ambiente educacional, promovendo a inclusão e plena participação desses universitários (RIBEIRO; et al, 2022).

Ademais, a experiência como monitor em um núcleo de acessibilidade e inclusão possibilita vivenciar, de forma prática, os desafios e potencialidades da educação inclusiva, essa atuação, conforme ressaltam Corrêa, Silva e Silva (2023), contribui para o surgimento de

um olhar mais sensível as diferenças, para o desenvolvimento de competências relacionadas a mediação pedagógicas, empatia e responsabilidade social.

Diante do exposto, compreende-se monitoria acadêmica, em sua perspectiva inclusiva é constituída como uma estratégia fundamental no ensino superior. Ao esquematizar aspectos formativos, legais e pedagógicos, essa práxis corrobora para a formação de um ambiente educacional mais acessível, possível e democrático, comprometendo-se com a permanência e sucesso de todos os estudantes.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A presente investigação caracteriza-se como um relato de experiência acerca da monitoria acadêmica vivenciada entre os anos de 2023 e 2024, no âmbito do curso de Pedagogia de uma instituição de ensino superior privada. Sob uma abordagem qualitativa, de cunho descritivo, este estudo ancora-se na perspectiva de Minayo (2012), ao priorizar a compreensão dos processos subjetivos e das relações estabelecidas no ambiente universitário. Conforme propõe Larrosa (2002), este relato não se limita à cronologia dos fatos, mas se constitui como um saber da experiência — aquilo que “nos passa” e nos transforma enquanto sujeitos em formação.

A natureza descritiva da pesquisa permite, segundo Lüdke e André (1986), a exposição detalhada das práticas pedagógicas observadas e mediadas, tomando a vivência da monitoria como um campo profícuo para a articulação entre a teoria acadêmica e a práxis docente.

No decorrer do biênio 2023-2024, as atividades de monitoria no curso de Pedagogia compreenderam a mediação pedagógica entre o discente e os docentes do curso de Direito, o apoio na organização de materiais didáticos, o suporte em momentos de estudo dirigido, bem como o auxílio direto na locomoção do estudante pelas dependências da universidade, assegurando seu deslocamento entre salas de aula, biblioteca e áreas de convivência. Ademais, houve suporte às necessidades básicas, como higiene e alimentação, o que exigiu uma postura ética, empática e de profundo respeito à autonomia do estudante. Tais atribuições possibilitaram o exercício do planejamento educacional e a vivência da rotina acadêmica sob uma perspectiva ampliada, ultrapassando a posição tradicional de discente.

Nesse contexto, a prática permitiu a observação participante e a intervenção direta nos processos de ensino-aprendizagem, favorecendo a consolidação dos conhecimentos teóricos por meio da aplicação prática e da reflexão crítica acerca dos desafios do ensino superior.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente relato tem origem nas vivências desenvolvidas enquanto estudante do curso de Pedagogia, vinculado a uma instituição de ensino superior privada localizada no interior do estado da Paraíba. O conhecimento acerca da oportunidade de atuação como monitor ocorreu por intermédio de um familiar do estudante, o qual relatou a necessidade de apoio nos períodos finais do curso de Direito, no qual ele se encontrava matriculado.

A partir desse contato inicial, as coordenações dos cursos foram informadas do interesse em assumir a referida função. Após alguns dias, e mediante autorização da pró-reitoria — considerando que não havia precedentes para esse tipo de atividade no campus —, deu-se início à monitoria de apoio e inclusão, com o suporte do núcleo institucional responsável, evidenciando um movimento inicial da instituição em direção à consolidação de práticas inclusivas no ensino superior, em consonância com os princípios estabelecidos pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que assegura o direito à educação em condições de igualdade.

O estudante acompanhado é do sexo masculino, estava matriculado no curso de Direito, apresentando os seguintes diagnósticos: CID H54.2, referente à visão subnormal (baixa visão) em ambos os olhos; CID Z74.0, relacionado à mobilidade reduzida; e CID G80.2, correspondente à paralisia cerebral hemiplégica espástica. Ressalta-se que outras informações não serão divulgadas, a fim de preservar sua identidade e privacidade. A motivação para a minha participação nesta monitoria esteve relacionada ao interesse em aprofundar conhecimentos acerca do acompanhamento de estudantes com necessidades educacionais específicas, bem como à intenção de enriquecer a formação acadêmica e subsidiar futuras investigações na área.

Além disso, o fato do estudante ser o primeiro a receber esse tipo de apoio na instituição configura um marco importante, abrindo precedentes para a implementação de práticas inclusivas e garantindo melhores condições de permanência para futuros discentes com deficiência, ao inaugurar possibilidades de implementação de políticas inclusivas e contribuir para a garantia de condições mais equitativas de permanência, conforme preconiza a legislação educacional vigente.

Durante o período de atuação, buscou-se, inicialmente, conhecer o estudante e suas necessidades por meio do diálogo, com o objetivo de estabelecer vínculo tanto com ele quanto com sua família. Nesse sentido, a monitoria, conforme destaca Frison (2016), constitui-se como um espaço de aprendizagem colaborativa, no qual o estudante-monitor também se

forma a partir da prática. Essa aproximação favoreceu a comunicação ao longo das atividades e possibilitou a adaptação de estratégias e métodos mais eficazes para o seu processo de aprendizagem.

Ressalta-se, ainda, que o acompanhamento ocorreu tanto de forma presencial quanto remota, abrangendo desde o deslocamento do estudante até a instituição e do auxílio na realização de atividades acadêmicas e estágios desenvolvidos em anexos externos. Durante as aulas, o aluno fazia uso de um gravador de áudio para posterior estudo dos conteúdos em sua residência, cabendo a mim a organização desses arquivos em pastas, devidamente identificadas por componente curricular, a fim de facilitar o acesso e a sistematização dos estudos.

Em uma análise inicial, foi possível identificar a presença de barreiras de natureza tecnológica, uma vez que o estudante apresentava dificuldades no uso de ferramentas básicas do computador, bem como na utilização dos sistemas institucionais disponibilizados pela universidade. Com o uso de tecnologias assistivas, como o NVDA, leitor de tela que permite a acessibilidade de pessoas com deficiência visual por meio da leitura em voz alta do conteúdo exibido no computador, e o Balabolka, software de síntese de voz que converte textos digitais em áudio, foi possível orientá-lo quanto à utilização das plataformas institucionais, como o e-mail acadêmico e o sistema acadêmico, por meio dos quais eram disponibilizadas informações referentes às notas, à grade curricular do curso e à carga horária semestral.

No que se refere às barreiras arquitetônicas, observou-se que o aluno necessitava de apoio integral para sua locomoção dentro do campus. Embora lhe fosse ofereido a utilização de cadeira de rodas, ele preferia locomover-se andando. Em determinado período, surgiu a necessidade de cumprimento da carga horária do estágio supervisionado em um anexo localizado fora da universidade, o qual consistia em um prédio de dois andares, sem a presença de elevadores à época, identificada por mim como a principal barreira arquitetônica, tal cenário evidencia o descumprimento de princípios básicos de acessibilidade previstos na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que estabelece a eliminação de barreiras arquitetônicas como condição para a efetivação do direito à educação.

Embora tenha sido ofertada a possibilidade de realização das atividades no pavimento térreo, o estudante optou por enfrentar suas próprias limitações, decidindo subir as escadas para participar das aulas e desenvolver as atividades do estágio. Com o auxílio do monitor e de alguns colegas, o deslocamento era realizado com segurança, sem intercorrências.

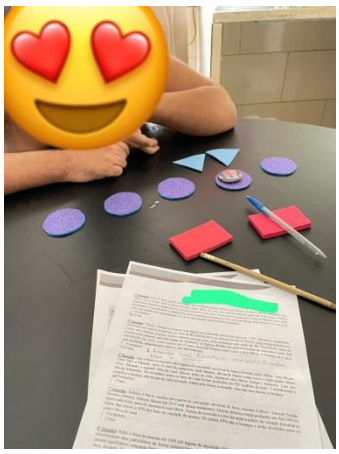
Na sala de aula, localizada no térreo do prédio do curso, havia uma cadeira adaptada para suas necessidades, localizada estrategicamente perto do banheiro masculino e do

bebedouro de água. O estudante demonstrava-se engajado e integrado à dinâmica das turmas nas quais estava matriculado. Em razão de sua condição de ser desblocado, visto que vinha de outra matrizcurricular de uma universidade a distância, participou de disciplinas em turmas distintas de seu curso, o que ampliou suas interações acadêmicas. Durante esse processo, algumas questões de caráter pessoal eram frequentemente direcionadas a mim, situação que evidenciou a presença de barreiras atitudinais no ambiente acadêmico.

Quanto aos docentes, estes se demonstraram receptivos ao diálogo e abertos à adoção de estratégias que favorecessem a compreensão dos conteúdos por parte do estudante, permitindo, inclusive, a gravação das aulas e acolhendo sugestões apresentadas tanto pelo monitor inclusivo quanto pelo próprio discente.

No decorrer do período em que houve a monitoria inclusiva, observou-se que o discente apresentava dificuldades na resolução de questões excessivamente abstratas e extensas, motivo pelo qual foi sugerida a elaboração de atividades mais objetivas e com linguagem mais clara. Durante as avaliações, atuei no apoio à compreensão dos enunciados, esclarecendo termos e estruturas lógicas que pudessem gerar dúvidas, sem, contudo, interferir nas respostas, preservando sua autonomia e o desenvolvimento do conhecimento.

Ao longo do processo, as barreiras pedagógicas foram gradativamente minimizadas, refletindo-se em avanços significativos no desempenho acadêmico do estudante. Tais resultados corroboram estudos como os de Pinheiro e Bentes (2025), que apontam a monitoria inclusiva como uma estratégia eficaz para a promoção da aprendizagem e da permanência de estudantes com deficiência no ensino superior. A imagem a seguir ilustra um exemplo de adaptação de conteúdo realizada por uma professora e executada também por mim, com o objetivo de facilitar a resolução das atividades propostas:





.

Conforme aponta Frison (2016), a monitoria constitui-se como um importante espaço de aprendizagem colaborativa e formação pedagógica, possibilitando ao estudante vivenciar, na prática, situações que muitas vezes não são contempladas de forma efetiva na formação teórica. Outrossim, estudos na área da educação inclusiva evidenciam que práticas pedagógicas baseadas no acompanhamento individualizado e na mediação favorecem significativamente o desenvolvimento da autonomia e o desempenho acadêmico de estudantes com deficiência.

Nessa perspectiva, autores como Mantoan (2003) defendem que a inclusão exige a reorganização das práticas pedagógicas, de modo a atender às singularidades dos estudantes, enquanto Vygotsky (1997) destaca o papel da mediação no processo de aprendizagem, especialmente em contextos que demandam apoio diferenciado. De forma complementar, Sassaki (2009) ressalta que a inclusão efetiva depende da eliminação de barreiras e da criação de condições que favoreçam a participação plena dos sujeitos.

A experiência vivenciada ao longo da monitoria possibilitou compreender que a inclusão no ensino superior ultrapassa a simples garantia de acesso à universidade, exigindo condições efetivas de permanência, participação e aprendizagem. Nesse contexto, tornou-se evidente que o processo inclusivo não depende exclusivamente do esforço individual do estudante com deficiência, mas da construção coletiva de uma rede de apoio envolvendo instituição, docentes, monitoria e demais discentes. As vivências desenvolvidas durante esse acompanhamento evidenciaram que pequenas adaptações pedagógicas, associadas a atitudes de acolhimento e sensibilidade, podem contribuir significativamente para a autonomia, o desempenho acadêmico e a participação ativa do estudante no ambiente universitário.

Além disso, a atuação na monitoria inclusiva proporcionou importantes reflexões acerca da formação docente e da necessidade de fortalecimento de políticas institucionais voltadas à acessibilidade e à educação inclusiva. A experiência permitiu perceber que muitos desafios enfrentados pelos estudantes com deficiência decorrem não de suas limitações, mas das barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais ainda presentes no contexto acadêmico.

Dessa forma, entende-se que iniciativas como a monitoria inclusiva constituem importantes instrumentos de mediação e transformação social, favorecendo não apenas o desenvolvimento acadêmico do estudante acompanhado, mas também a formação humana, ética e profissional daqueles envolvidos nesse processo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o percurso vivenciado ao longo da monitoria inclusiva, torna-se possível afirmar que esta experiência ultrapassou a dimensão técnica ou acadêmica, assumindo também um caráter profundamente formativo e pessoal. Ao acompanhar um estudante com deficiência no ensino superior, foi possível compreender, na prática, que a inclusão não se concretiza apenas por meio de legislações ou políticas institucionais, mas principalmente pela forma como essas diretrizes se materializam no cotidiano universitário. Nesse sentido, a vivência permitiu uma ressignificação da minha própria formação enquanto estudante de Pedagogia, pois me colocou diante de situações reais que exigiram sensibilidade, responsabilidade, empatia e compromisso ético com o outro.

Ao longo do processo, pude perceber que cada ação realizada — desde o apoio na locomoção até a mediação pedagógica e organização dos estudos — tinha impactos diretos na permanência e no desenvolvimento acadêmico do estudante acompanhado. Essa experiência me fez compreender que a inclusão se constrói em pequenos gestos cotidianos, mas que, somados, produzem grandes transformações. Mais do que auxiliar, a monitoria me ensinou a olhar para o estudante com deficiência para além de suas limitações, reconhecendo suas potencialidades, sua autonomia e seu direito pleno de participação no ambiente universitário. Essa mudança de olhar foi uma das maiores aprendizagens pessoais e acadêmicas que essa experiência me proporcionou.

Além disso, a vivência como monitor também despertou reflexões importantes sobre a minha própria formação docente. Foi possível perceber que muitos dos conteúdos trabalhados ao longo do curso de Pedagogia nem sempre contemplam de forma suficiente a complexidade da educação inclusiva, o que evidencia a distância entre teoria e prática. Nesse sentido, a monitoria funcionou como um espaço de formação complementar, no qual pude vivenciar situações que exigiram tomada de decisão, adaptação de estratégias e constante reflexão sobre minha atuação. Isso contribuiu significativamente para o desenvolvimento da minha identidade profissional enquanto futuro educador.

Outro aspecto relevante diz respeito à percepção das barreiras ainda existentes no ambiente universitário, sejam elas físicas, pedagógicas ou atitudinais. Vivenciar essas situações de perto possibilitou compreender que a inclusão ainda é um processo em construção e que depende do envolvimento coletivo da instituição. Ao mesmo tempo, também pude observar avanços importantes, especialmente quando há abertura por parte dos docentes e da gestão institucional para adaptar práticas e acolher as necessidades dos estudantes. Essa

experiência reforçou em mim a convicção de que a educação inclusiva não é responsabilidade de um único sujeito, mas um compromisso compartilhado.

Por fim, considero que a monitoria inclusiva foi uma experiência transformadora tanto no aspecto acadêmico quanto pessoal. Ela contribuiu para minha formação humana, ampliou minha compreensão sobre a diversidade e reforçou meu compromisso com uma educação mais justa e acessível. Encerrar este percurso não significa apenas finalizar uma atividade, mas reconhecer o quanto ele me modificou enquanto estudante e futuro pedagogo. Assim, levo desta experiência não apenas conhecimentos teóricos e práticos, mas principalmente aprendizados sobre empatia, respeito às diferenças e a importância de lutar por uma educação verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

AMORIM, C. C.; ANTUNES, K. C. V.; SANTIAGO, M. C. Da educação básica ao ensino superior: desafios à construção do processo de inclusão em educação. *Revista Acessibilidade e Inclusão no Ensino Superior*, Pelotas, v. 1, n. 1, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/RevAIES/article/view/20958/13100. Acesso em: 18 abr. 2026.

BARROS, Lucas Felipe de et al. A importância da monitoria acadêmica no ensino superior: um instrumento de aprendizagem colaborativa. *Gestus Multidisciplinar*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 91–95, 2025. Disponível em: https://revista.unifacol.edu.br/index.php/ojs/article/view/15. Acesso em: 18 abr. 2026.

BENTES, Thaisy; PINHEIRO, Daiane. A monitoria acadêmica como instrumento de promoção da inclusão no ensino superior. *Educação e Pesquisa*, [S. l.], v. 51, p. e282497, 2025. Disponível em: https://revistas.usp.br/ep/article/view/235517. Acesso em: 18 abr. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo da Educação Superior 2023: estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: https://institutorodrigomendes.org.br/2024/02/07/painel-de-indicadores-da-educacao-especial-disponibiliza-atualizacao-de-dados-do-censo-escolar-2023/. Acesso em: 29 abr. 2026.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 9 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 9 mar. 2026.

CORRÊA, Adriana Moreira de Souza; SILVA, Egle Katarinne Souza da; SILVA, Erica Dantas da. Monitor inclusivo e o trabalho com surdos no ensino superior: orientações e práticas. *Paidéia*, Belo Horizonte, v. 18, n. 29, p. 39–58, jan./jun. 2023.

COSTA, Elenice Rabelo; MACHADO, Cleide Araújo. Formação e aprendizagem na monitoria de educação inclusiva: um relato de experiência. *Cadernos Macambira*, v. 7, n. 3, 2022. Disponível em: https://revista.lapprudes.net/CM/article/view/822. Acesso em: 11 maio 2026.

FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo. Monitoria: uma modalidade de ensino que potencializa a aprendizagem colaborativa e autorregulada. *Pro-Posições*, Campinas, v. 27, n. 1, p. 133–153, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pp/a/WsS9BVxr8VXR796zcdDNcmM/?lang=pt. Acesso em: 18 abr. 2026.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20–28, 2002.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, S. E. S. de O. et al. Permanência de universitários com necessidades educacionais especiais no ensino superior. In: MELLO, F. R. L. V.; GUERRA, É. S. F. M.; FURTADO, M. M. F. D. (org.). Educação superior, inclusão e acessibilidade: reflexões contemporâneas. Campos dos Goytacazes: Encontrografia, 2021. p. 202–214.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

OLIVEIRA, Juliane de; VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos. Práticas de monitoria acadêmica no contexto brasileiro. *Educação: Teoria e Prática*, Rio Claro, v. 31, n. 64, 2021. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/14492. Acesso em: 18 abr. 2026.

QUEIROZ, Christina. O direito à divergência: mudanças e desafios que pessoas com deficiência trazem para instituições de ensino. *Revista Pesquisa FAPESP*, São Paulo, ed. 326, abr. 2023.

RIBEIRO, K.; FREITAS, M. C. de; AUSEC, I. C. de O. Monitoria em educação especial como possibilidade de atendimento educacional especializado no ensino superior. *Educere et Educare*, Cascavel, v. 17, n. 43, p. 476–498, 2022. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/29533. Acesso em: 18 abr. 2026.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2009.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. *Fundamentos de defectologia*. Havana: Pueblo y Educación, 1997.